

HABEAS CORPUS Nº 549.051 - RO (2019/0358673-5)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : JUCIMARO BISPO RODRIGUES
ADVOGADO : JUCIMARO BISPO RODRIGUES - RO004959
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PACIENTE : W A G (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de W. A. G. apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia.

Consta dos autos que o paciente foi denunciado como incurso no art. 217-A do Código Penal, tendo sido absolvido pelo Magistrado de origem. Irresignado, o Ministério Público interpôs recurso de apelação, ao qual se deu provimento para condenar o paciente nos termos da denúncia, à pena de 12 anos de reclusão, em regime fechado, determinando-se a expedição de guia de execução, haja vista o entendimento do Supremo Tribunal Federal sedimentando no *Habeas Corpus* n. 126.292/SP (e-STJ fl. 224).

No presente *mandamus*, o impetrante destaca que o entendimento do Supremo Tribunal Federal foi recentemente alterado, no julgamento das ADCs 43, 44 e 54, motivo pelo qual não há mais se falar em execução da pena antes do trânsito em julgado. No mais, afirma ter interposto recurso especial contra o acórdão condenatório, motivo pelo qual não pode dar início ao cumprimento da pena.

Pugna, inclusive liminarmente, pela possibilidade de aguardar o trânsito em julgado em liberdade.

É o relatório. **Decido.**

Preliminarmente, esclareço que as disposições previstas no art. 64, inciso III, e no art. 202, ambos do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, bem como no art. 1º do Decreto-Lei n. 552/1969, não impedem o relator

de decidir liminarmente o mérito do *habeas corpus* e do recurso em *habeas corpus*, nas hipóteses em que a pretensão se conformar com súmula ou com jurisprudência consolidada dos Tribunais Superiores ou a contrariar.

Nesse sentido:

O simples fato de o presente habeas corpus haver sido julgado sem a prévia manifestação do Ministério Público Federal não enseja a nulidade da decisão agravada, uma vez que se trata de matéria consolidada na jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, não tendo sido apontados quaisquer prejuízos decorrentes da apreciação monocrática do processo. (AgRg no HC 513.993/RJ, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 01/07/2019).

O dispositivo regimental que prevê abertura de vista ao Ministério Público Federal antes do julgamento de mérito do habeas corpus impetrado nesta Corte (arts. 64, III, e 202, RISTJ) não retira do relator do feito a faculdade de decidir liminarmente a pretensão que se conforma com súmula ou jurisprudência dominante no Superior Tribunal de Justiça ou a confronto. (AgRg no HC 530.261/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 24/09/2019, DJe 07/10/2019).

Para conferir maior celeridade aos habeas corpus e garantir a efetividade das decisões judiciais que versam sobre o direito de locomoção, bem como por se tratar de medida necessária para assegurar a viabilidade dos trabalhos das Turmas que compõem a Terceira Seção, a jurisprudência desta Corte admite o julgamento monocrático do writ antes da ouvida do Parquet em casos de jurisprudência pacífica. Precedentes. (AgRg no HC 475.293/RS, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 27/11/2018, DJe 03/12/2018).

Não há nulidade na prolação do decisum sem a prévia oitiva do Ministério Público Federal. Inteligência dos artigos 34, XVIII, 210 e 246, todos do Regimento Interno desta Corte. Ademais, não se demonstrou qualquer prejuízo ao parquet federal, exigência do art. 563 do Código de Processo Penal. (AgRg no RHC 37.622/RN, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 06/06/2013, DJe 14/06/2013)

Nesse diapasão, "uma vez verificado que as matérias trazidas a debate por meio do habeas corpus constituem objeto de jurisprudência consolidada neste Superior Tribunal, não há nenhum óbice a que o Relator conceda a ordem liminarmente, sobretudo ante a evidência de manifesto e grave constrangimento ilegal a que estava sendo submetido o paciente", pois "a concessão liminar da ordem de habeas corpus apenas **consagra a exigência de racionalização do processo decisório e de efetivação do próprio princípio constitucional da razoável duração do processo**, previsto no art. 5º, LXXVIII, da Constituição Federal, o qual foi introduzido no ordenamento jurídico brasileiro pela EC n.45/2004 com status de princípio fundamental" (AgRg no HC n. 268.099/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Sexta Turma, julgado em 2/5/2013, DJe 13/5/2013).

Registro, ainda, por oportuno, que a ciência posterior do *Parquet*, "longe de suplantar sua prerrogativa institucional, homenageia o princípio da celeridade processual e inviabiliza a tramitação de ações cujo desfecho, em princípio, já é conhecido" (EDcl no AgRg no HC n. 324.401/SP, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, Quinta Turma, julgado em 2/2/2016, DJe 23/2/2016).

Em suma, "para conferir maior celeridade aos habeas corpus e garantir a efetividade das decisões judiciais que versam sobre o direito de locomoção, bem como por se tratar de medida necessária para assegurar a viabilidade dos trabalhos das Turmas que compõem a Terceira Seção, a jurisprudência desta Corte admite o julgamento monocrático do *writ* antes da ouvida do *Parquet* em casos de jurisprudência pacífica" (AgRg no HC n. 514.048/RS, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, Quinta Turma, julgado em 6/8/2019, DJe 13/8/2019).

Na hipótese dos autos, embora o impetrante não tenha se utilizado da via recursal própria, é possível visualizar, mesmo em análise superficial, a existência de constrangimento ilegal suportado pelo paciente, uma vez que a Corte local determinou a expedição de mandado de prisão após o esgotamento dos

recursos naquela instância.

Como é de conhecimento, até data recente, vinha prevalecendo o entendimento adotado pelo Supremo Tribunal Federal, a partir do julgamento do *Habeas Corpus* n. 126.292/SP, no sentido de que a manutenção da sentença pelo Tribunal de Justiça encerrava a análise probatória, ficando autorizada, a partir de então, a execução da pena.

A propósito, transcrevo a ementa do referido julgado:

CONSTITUCIONAL. HABEAS CORPUS. PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA (CF, ART. 5º, LVII). SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA CONFIRMADA POR TRIBUNAL DE SEGUNDO GRAU DE JURISDIÇÃO. EXECUÇÃO PROVISÓRIA. POSSIBILIDADE. 1. A execução provisória de acórdão penal condenatório proferido em grau de apelação, ainda que sujeito a recurso especial ou extraordinário, não compromete o princípio constitucional da presunção de inocência afirmado pelo artigo 5º, inciso LVII da Constituição Federal. 2. Habeas corpus denegado (HC n. 126.292, Rel. Min. TEORI ZAVASCKI, Tribunal Pleno, julgado em 17/2/2016, DJe 17/5/2016).

Entretanto, após o julgamento do mérito das Ações Declaratórias de Constitucionalidade n. 43, 44 e 54, o Supremo Tribunal Federal restabeleceu seu entendimento anterior, no sentido da impossibilidade de se iniciar o cumprimento da pena antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória. Por oportuno, transcrevo trecho da notícia trazida no portal do Supremo Tribunal Federal:

(...), por maioria, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que é constitucional a regra do Código de Processo Penal (CPP) que prevê o esgotamento de todas as possibilidades de recurso (trânsito em julgado da condenação) para o início do cumprimento da pena. Nesta quinta-feira (7), a Corte concluiu o julgamento das Ações Declaratórias de Constitucionalidade (ADC) 43, 44 e 54, que foram julgadas procedentes (Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=429359&ori=1>).

Portanto, encontra-se atualmente consolidado o entendimento de que **a execução provisória da pena antes do trânsito em julgado da condenação viola o princípio constitucional da presunção de inocência**. Assim, a prisão antes do esgotamento dos recursos somente poderá ser efetivada em caráter cautelar, de forma individualizada, com a demonstração da presença dos requisitos autorizadores do art. 312 do Código de Processo Penal.

Na presente hipótese, determinou-se a expedição de mandado de prisão, nos seguintes termos (e-STJ fl. 224):

Adotando a decisão proferida pelo plenário do Supremo Tribunal Federal nos autos do HC 126.292/SP, sob relatoria do Ministro Teori Zavascki, julgado em 17/02/2016, acerca da possibilidade de execução provisória da pena após a prolação de acórdão condenatório em 2º grau, assegurando a efetividade ao processo criminal depois de cumprido o duplo grau de jurisdição, secundada, ressalte-se pelas Câmaras Criminais Reunidas, nos Embargos Infringentes e de Nulidade nº 0002647-23.2016.8.22.0000, julgado em 22/07/2016, determino que seja expedido mandado de prisão em desfavor de Weliton Aparecido Granjeda para cumprimento das penas em regime fechado, esgotados os recursos nesta instância.

Observa-se, portanto, que, embora o paciente tenha respondido ao processo em liberdade, sua prisão foi decretada, por ocasião do julgamento da apelação, unicamente com base no precedente do Supremo Tribunal Federal, o qual se encontra atualmente superado, motivo pelo qual se verifica evidente constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **não conheço** do *mandamus*. Porém, **concedo a ordem de ofício** para suspender a execução da pena do paciente, nos termos do entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento das Ações Declaratórias de Constitucionalidade n. 43, 44 e 54, até o trânsito em julgado da sentença condenatória correspondente.

Superior Tribunal de Justiça

Comunique-se, com urgência, às instâncias ordinárias, encaminhando-lhes o inteiro teor da presente decisão.

Publique-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator